



## CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

### Autor(es)

Stênio Ribeiro De Oliveira  
Vitória De Jesus Lopes De Sousa  
Deysiane Oliveira Dos Santos

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

O controle judicial da Administração Pública configura-se como um dos principais mecanismos de preservação do Estado Democrático de Direito. Por meio dele, o Poder Judiciário pode fiscalizar os atos administrativos, assegurando que a atuação estatal esteja em conformidade com a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e os princípios fundamentais da Administração Pública, como legalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade e eficiência. O exercício da função jurisdicional representa uma garantia indispensável aos cidadãos frente a possíveis abusos ou ilegalidades praticadas pelo Estado. Ademais, serve como mecanismo de salvaguarda dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que fortalece a responsabilidade dos agentes públicos e amplia a transparência e o controle das ações administrativas.

### Objetivo

Investigar de que forma o controle judicial pode atuar como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e assegurar que os atos da Administração Pública estejam conforme os preceitos legais e constitucionais.

### Material e Métodos

Trata-se de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica com uma perspectiva qualitativa, fundamentada em doutrina jurídica e na legislação vigente. Foram analisadas as obras de Alexandre Mazza e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, autores amplamente reconhecidos no campo do Direito Administrativo. A pesquisa realizada de 2021 a 2025, também se baseou na Constituição Federal de 1988, especialmente nos dispositivos que tratam dos direitos fundamentais e dos princípios da Administração Pública, bem como na Lei no 8.429/1992, que trata sobre os atos de improbidade administrativa e seus métodos de controle judicial.

### Resultados e Discussão

O controle judicial é um mecanismo de natureza reativa, ou seja, depende de provocação da parte interessada



para que o Poder Judiciário atue, não sendo exercido de ofício. Seu objetivo é garantir que os atos administrativos estejam de acordo com a Constituição, as normas e os princípios que regem a Administração Pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Remédios constitucionais como mandado de segurança, ação popular, habeas corpus, habeas data, ação civil pública e ação de improbidade administrativa constituem meios fundamentais para a provocação judicial. O Judiciário deve atentar-se apenas aos limites da legalidade sem adentrar o mérito administrativo, exceto em casos de desvio de finalidade ou abuso de poder flagrante. O controle judicial fortalece a responsabilização administrativa e a transparência pública, contribuindo para o equilíbrio entre os poderes e a defesa dos direitos fundamentais.

### Conclusão

O controle judicial da Administração Pública é essencial para a concretização do Estado de Direito, garantindo que atos ilegais e arbitrários possam ser contestados e corrigidos. Ele assegura ao cidadão mecanismos eficazes de proteção, promovendo uma Administração mais ética, transparente e responsável, e reforçando a legitimidade do próprio Estado.

### Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 set. 2025.
- BRASIL. Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm). Acesso em: 01 set. 2025.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.